

SUMÁRIO

LINHA EDITORIAL 7

EDITORIAL 9

DOCTRINA

TEORIA GERAL E PROTEÇÃO AO AMBIENTE

O *Buen Vivir* como ponto de partida para criação de políticas públicas ambientais na região da Amazônia Legal

Buen Vivir as a starting point for the creation of public environment policies in the Legal Amazon region

CARLA RENATA MILHOMEM DE OLIVEIRA, LETÍCIA SANT'ANA BEZERRA e ZEDEQUIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR..... 21

Descolonização das Águas: uma contribuição do novo constitucionalismo latino-americano

Decolonizing the Waters: a contribution from the new Latin American constitutionalism

FLÁVIA ALVIM DE CARVALHO e VANESSA HASSON DE OLIVEIRA 39

Derechos humanos y derechos de la naturaleza: diálogo y fertilización cruzada entre ambas visiones

Direito humanos e direitos da natureza: diálogo e fertilização cruzada entre ambas as visões

MARIO PEÑA CHACÓN..... 65

AMBIENTAL – ADMINISTRATIVO

- O processo de liberação de transgênicos no Brasil à luz dos princípios constitucionais da administração pública e da precaução
The GMO approval process in Brazil facing the constitutional principles of public administration and precaution
 CLAUDEMIR TORRENTE LIMA e PEDRO IVAN CHRISTOFFOLI 83
- Simplificação e dispensa do licenciamento ambiental segundo o Supremo Tribunal Federal
The simplification and dismissal of the environmental licensing process according to the Federal Supreme Court
 TALDEN FARIAS, MATEUS STALLIVIERI DA COSTA e JAQUELINE DE ANDRADE 111
- A interface entre as melhores técnicas disponíveis e soluções baseadas na natureza no licenciamento ambiental
The interface between the best available techniques and nature based solutions in environmental licensing
 LUCIANO FURTADO LOUBET, LETÍCIA CAPELLAN SILVA, MILLENY ALVES DE CARVALHO e FERNANDO J. C. MAGALHÃES FILHO 137
- Tributação ambiental e a efetiva proteção ambiental: possibilidades a partir do emprego da análise econômica do direito
Environmental taxation and effective environmental protection: possibilities from the employment of the economic analysis of law
 TATIANA CARDOSO SQUEFF 167

AMBIENTAL – BIODIVERSIDADE E RECURSOS NATURAIS

- Políticas públicas e a eficiência dos mecanismos regulatórios da mineração no Brasil: a licença social para operar em municípios mineiros
Public policies and the efficiency of regulatory mechanisms for mining in Brazil: social license to operate in mining municipalities
 LUÍS ANTÔNIO COIMBRA BORGES e AMANDA DE SALES PEREIRA 209

Ecological law and the case of Lagoa da Conceição <i>O direito ecológico e o caso da Lagoa da Conceição</i> JOSÉ RUBENS MORATO LEITE e TÔNIA A. HORBATIUK DUTRA.....	231
Controle do desflorestamento em assentamentos na Amazônia Legal: oportunidades e dificuldades na atuação do Ministério Público Federal <i>Control deforestation in Legal Amazon settlements: opportunities and difficulties for Public Prosecution</i> CAROLINA DE ALBUQUERQUE, SOLANGE TELES DA SILVA e CELSO MARAN DE OLIVEIRA....	259
A legislação urbano-ambiental do Brasil e os Geoparques Mundiais da UNESCO: processo <i>bottom-up</i> na promoção do pertencimento territorial e do educar ambiental <i>The Brazilian urban environmental legislation and UNESCO Global Geoparks: bottom-up process in the promotion of territorial belonging and environmental education</i> LUCIANA CORDEIRO DE SOUZA-FERNANDES, ARTUR A. A. SÁ, ALEXANDRE CARRILLE e MARCIO KVINT JÚNIOR	291

AMBIENTAL – INTERNACIONAL

A proteção internacional do meio ambiente: uma análise do caso do atum de nadadeira azul pelo Tribunal Internacional de Direito do Mar <i>The international protection of the environment: an analysis of the southern bluefin tuna case by the International Tribunal for the Law of the Sea</i> MARIANI PANZENHAGEN BERNARDES e ANA PAULA ATZ.....	323
--	-----

AMBIENTAL – URBANO E PATRIMÔNIO CULTURAL

A culpabilidade nos crimes contra o patrimônio cultural <i>Culpability in crimes against cultural heritage</i> ALEX FERNANDES SANTIAGO, ANA MARIA MOREIRA MARCHESAN e MARCOS PAULO DE SOUZA MIRANDA	351
---	-----

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A estratégia da economia azul sustentável da União Europeia como instrumento para a mitigação das mudanças climáticas

The european union's sustainable blue economy strategy as an instrument for climate change mitigation

JOÃO LUIS NOGUEIRA MATIAS e MARIA CECÍLIA GIRÃO VERAS LIMA 377

Mudanças climáticas e o estado de coisa – inconstitucional e incon-
vencional – brasileiro

Climate change and the state of things - unconstitutional and unconventional - in Brazil

JOANA D'ARC DIAS MARTINS 401

Estrategias y alternativas de litigio climático para América Latina y
el Caribe

Climate litigation strategies and alternatives for Latin America and the Caribbean

MARIO PEÑA CHACÓN 437

TRABALHO JURÍDICO

Parecer n. 01/2023/ProNaCliMA/AGU. Mata Atlântica Brasileira. Arts. 61-A e 61-B do Código Florestal. Incompatibilidade lógico-sis-
temática. Prevalência da Lei especial. Lei da Mata Atlântica. Revisão
de Entendimento

GIORGIA SENA MARTINS 453

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Poder Judiciário não pode intervir prematuramente em grupo de tra-
balho intergovernamental no processo de definição de políticas para
recuperação ambiental e regularização de ocupação humana

ALEXANDRE FERNANDES SILVA 499

Extração clandestina de recursos minerais do leito de rio incorre em danos patrimoniais e ao meio ambiente, sendo imprescritível LUIZE DUARTE PIVETTA e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA.....	503
A presunção de legalidade do ouro adquirido e da boa-fé do seu adquirente facilita o aumento de garimpo ilegal, com repercussão para degradação ambiental e prejuízo à saúde indígena MARIANA DE CARVALHO PERRI.....	506
Loteamento irregular em aterro sanitário, com risco concreto à integridade física, permite o Poder Judiciário exigir da Administração Pública a realização de medidas assecuratórias VITÓRIA LEOPOLDINA GOMES MENDES e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA.....	510
É constitucional norma estadual que autoriza a concessão à iniciativa privada da exploração de serviços ou do uso de bens imóveis do Estado, não podendo incidir sobre áreas tradicionalmente ocupadas por povos tradicionais ALEXANDRE FERNANDES SILVA.....	513

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Para que seja admitido agravo, é necessário que haja impugnação específica aos fundamentos da decisão agravada, não cabendo as instâncias ordinárias contrariar a prova técnica ambiental produzida DANIELE GALVÃO DE SOUSA SANTOS.....	521
Negado recurso que pretendia afastar a exigência de dupla condução em trens que transportem cargas perigosas MARIANA CARVALHO VICTOR COELHO.....	524
Deferida tutela que pleiteia a suspensão de licenças ambientais e autorizações e licenciamentos de obras em área de proteção ambiental FLÁVIA MARIA DE ABREU VIANA, KRISLEYNE FERREIRA DA SILVA e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA.....	529

Indeferido recurso que pleiteava reintegração de posse de Unidade de Conservação por carecer de justificativa adequada e não apresentar as disposições específicas violadas

ALESSANDRA ALMEIDA NEVES CÍCERO DE SÁ e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA..... 532

**NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA TRABALHOS JURÍDICOS E CIENTÍFICOS NA
REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL 537**